

ECOTAUBATÉ AMBIENTAL S.A.

CNPJ nº 24.890.764/0001-68

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	1.677	895	Fornecedores	11	4.609	3.684
Contas a receber de clientes	5	55.765	54.229	Obrigações trabalhistas	13	1.672	2.188
Estoques	6	906	910	Obrigações tributárias	14	3.389	2.878
Impostos a recuperar	7	5.555	4.968	Dividendos a pagar	8	1.903	3.600
Outras contas a receber		587	928	Passivo de arrendamento	12	37	267
Total do ativo circulante		64.490	61.930	Outras contas a pagar		74	39
Não circulante				Total do passivo circulante		11.684	12.655
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Impostos diferidos	7	148	258	Impostos diferidos	14	14.564	15.101
Depósitos judiciais	9	632	516	Partes relacionadas	15	22.348	21.550
Total do realizável a longo prazo		780	774	Passivo de arrendamento	12	213	212
Intangível	10	900	1.052	Provisão para contingências	16	436	759
Total do ativo não circulante		1.680	1.826	Total do passivo não circulante		37.561	37.622
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		10.511	10.511
				Reservas de lucros		6.414	2.968
				Total do patrimônio líquido		16.925	13.479
Total do ativo		66.170	63.756	Total do passivo e do patrimônio líquido		66.170	63.756

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Reversão distribuição de dividendos	10.511	2.102	8.797	-	21.410
Distribuição de dividendos	-	-	2.581	-	2.581
Lucro líquido do exercício	-	-	(26.000)	-	(26.000)
Destinação dos lucros:				15.488	15.488
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	15.488	(15.488)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.511	2.102	866	-	13.479
Distribuição de dividendos	-	-	(866)	-	(866)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.749	5.749
Destinação dos lucros:					
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	5.749	(5.749)	-
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	-	-	(1.437)	-	(1.437)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10.511	2.102	4.312	-	16.925

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Ecotaubaté Ambiental S.A., concessionária de serviços públicos de limpeza urbana, com sede e foro na Rua Padre José Rubens Bonafé, 653 - Bairro Parque Bandeirantes, Taubaté - SP, foi constituída em 30 de maio de 2016. É uma Companhia de capital fechado e de propósito específico, com sede na cidade de Taubaté, São Paulo. As atividades de prestação de serviços públicos de limpeza e manejo de resíduos sólidos executados pela Companhia, estão especificadas no contrato de concessão administrativa 24.800/14 (concorrência nº 12/14), celebrado com a Prefeitura Municipal de Taubaté em 31 de maio de 2016, com duração de 20 anos. **Contrato de concessão:** O contrato de concessão firmada entre a Companhia e a Prefeitura de Taubaté traz mudanças em relação aos contratos tradicionais de prestação de serviço. Além de resguardar a qualidade do serviço, pelo planejamento por médio, curto e longo prazos, tem a garantia da concessionária na realização dos investimentos necessários ao setor, de acordo com cronograma compartilhado pelas partes. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2026. **a. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas, julgamento e contingências:** A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Nota 5 - Contas a receber de clientes; Nota 10 - Ativo intangível (vida útil); Nota 16 - Provisão para contingência. 3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **b. Receita de prestação de serviços:** A Companhia avalia os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15: 1 - Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; 2 - Identificar as obrigações em cada tipo de contrato; 3 - Determinar o preço de cada tipo de transação; 4 - Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; 5 - Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. As receitas referentes ao contrato de prestação de serviços com a Prefeitura do Município de Taubaté são reconhecidas com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado do contrato de serviço não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. Após análise detalhada dessas receitas, a Empresa concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação refletido o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente. As receitas de vendas e prestação de serviços são registradas pelo valor justo da compensação recebida ou a receber e estão apresentadas líquidas dos impostos incidentes sobre vendas e serviços, dos cancelamentos e abatimentos. A receita de venda e serviços é reconhecida no resultado quando o seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos dos serviços prestados sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica Receitas financeiras. **c. Contas a receber de clientes:** Decorrentes, exclusivamente, de serviços faturados contra o Município de Taubaté, registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal ou de realização, atualizados monetariamente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, se aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos, montante como base a análise individual dos créditos. **d. Estoques:** A Companhia mensura os estoques pelo custo médio de aquisição. Os ajustes, quando necessários, são efetuados conforme o valor justo. O estoque está demonstrado da seguinte forma: **a. Materiais em almoxarifado nas unidades produtivas. e. Ativo Intangível: (i) Concessionárias de serviços públicos:** Os bens adquiridos que fazem parte do objeto do contrato de concessão dos serviços públicos referem-se, substancialmente, a tratores, veículos e aterro sanitário. Os referidos bens são classificados como intangível e serão, ao final do contrato, revertidos para o poder concedente. Para os investimentos realizados (terrenos, aquisições de veículos, máquinas e equipamentos, entre outros) e não depreciados e amortizados até a data de retomada dos serviços pelo Município e, ainda, para os investimentos não previstos no cronograma da prestação do serviço, a Companhia receberá indenização no advento do termo de encerramento contratual. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. **(iii) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado fundamentando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. A Companhia revisou a vida útil dos bens integrantes do ativo intangível, sendo estabelecido o prazo de amortização de 5 anos. A revisão levou em consideração o uso esperado do ativo, avaliado com base na sua produção física esperada, desgaste físico normal esperado e a obsolescência técnica proveniente de mudanças ou melhoria na utilização dos bens. **(iii) Arrendamentos:** A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por: **a. Arrendamentos de ativos de baixo valor;** **b. Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.** Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Empresa. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se dependerem de um índice ou taxa. Nessas situações, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem. Ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento. A mensuração subsequente do passivo de arrendamento considera o aumento do saldo do passivo para refletir os juros incorridos; a redução do saldo do passivo para refletir os pagamentos efetuados e os ajustes no saldo do passivo por mensuração, para refletir qualquer reavaliação ou modificações do leasing ou para refletir pagamentos em substância fixos revisados. A mensuração subsequente do ativo de direito de uso considera o modelo de custo (adotado no reconhecimento inicial). Este modelo contempla o custo inicial reduzido de depreciações e perdas acumuladas por **impairment** e os ajustes advindos de mensurações do passivo de arrendamento passíveis de ajuste no ativo de direito de uso. **f. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. **g. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **h. Impostos correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no momento da emissão da fatura de prestação de serviço e sua realização ocorre no período do recebimento da referida fatura. Adicionalmente, é reconhecido o imposto de renda e a contribuição social relacionado com o diferimento de lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela legislação do imposto de renda. O saldo de PIS e COFINS diferidos é reconhecido em decorrência da diferença temporal do critério de reconhecimento fiscal para o critério de reconhecimento contábil da Receita. Os saldos de PIS e COFINS diferidos são reconhecidos no mesmo momento do reconhecimento da receita. **i. Exposições fiscais:** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. **J. Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos e exigíveis, e que seja provável a necessidade de recursos econômicos para liquidá-los. Quando aplicável, são acrescidos dos respectivos encargos e das variações monetárias ou cambiais. **k. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros: a) Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJFR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do

resultado no período em que ocorrerem. **c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por **impairment** incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d) Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **(ii) Passivos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações com terceiros e permutantes e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **b) Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **d. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2025	2024
Bancos	1.677	895
5. Contas a receber de clientes:	2025	2024
Serviços ambientais	55.765	54.229
Circulante	55.765	54.229
	2025	2024
A vencer	4.963	4.963
Vencidos a 30 dias	4.963	6.121
Vencidos a 60 dias	1.443	6.121
Vencidos a 90 dias	4.963	4.963
Vencidos a 180 dias	-	9.000
Vencidos a mais de 180 dias	39.433	23.061
	55.765	54.229

As contas a receber representam créditos com a Prefeitura do Município de Taubaté em razão dos serviços prestados, contabilizados pelo valor nominal dos títulos de acordo com o contrato.

	2025	2024
6. Estoques:	2025	2024
Materiais em almoxarifado nas unidades produtivas	906	910
Os estoques compõem-se de peças, materiais e equipamentos de manutenção da frota de veículos utilizados nos serviços da Companhia.		
	2025	2024
7. Impostos e contribuições a recuperar:	2025	2024
Créditos tributários correntes:		
Imposto de renda	2.603	2.158
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)	50	90
Programa de Integração Social (PIS)	451	396
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	2.056	1.806
Previdência Social (INSS)	395	518
	5.555	4.968

Créditos tributários diferidos:

	2025	2024
IRPJ a recuperar diferido	109	190
CSLL a recuperar diferido	39	68
	148	258
	2025	2024
8. Dividendos a pagar:	2025	2024
Construtora Marquise S/A	1.256	2.376
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda.	647	1.224
	1.903	3.600
	2025	2024
9. Depósito judicial:	2025	2024
Depósito recursal trabalhista	632	516
	2025	2024
10. Intangível:	2025	2024

	Taxas a.a.	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20%	3.067	(2.527)	540	478
Aparelhos e ferramentas	33%	621	(569)	52	56
Instalações	4%	30	(5)	25	8
Veículos	20%	7.928	(7.922)	6	26
Móveis e utensílios	14%	242	(198)	44	42
Computadores e periféricos	33%	110	(106)	4	2
Edificações	20%	3	-	3	-
Tratores	33%	1.239	(1.229)	10	19
Telefonia	Diversas	5	(12)	(7)	(7)
Direito de uso	20%	1.658	(1.435)	223	428
Software		2	(2)	-	-
		14.905	(14.005)	900	1.052

A Companhia revisou a vida útil e o valor residual dos bens integrantes do ativo intangível. A revisão levou em consideração o uso esperado do ativo, avaliado com base na sua produção física esperada, o desgaste físico normal esperado e a obsolescência técnica proveniente de mudanças ou melhoria na utilização dos bens. **Movimentação do custo corrigido**

	2024	Adições	Baixas	2025
Máquinas e equipamentos	2.861	306	(100)	3.067
Aparelhos e ferramentas	597	24	-	621
Instalações	9	21	-	30
Veículos	7.928	-	-	7.928
Móveis e utensílios	226	17	(1)	242
Computadores e periféricos	104	6	-	110
Edificações	-	3	-	3
Tratores	1.239	-	-	1.239
Telefonia	5	-	-	5
Direito de uso	1.658	-	-	1.658
Software	2	-	-	2
	14.629	377	(101)	14.905
Movimentação da depreciação	2024	Adições	Baixas	2025
Máquinas e equipamentos	(2.382)	(173)	28	(2.527)
Aparelhos e ferramentas	(541)	(28)	-	(569)
Instalações	(1)	(4)	-	(5)
Veículos	(7.902)	(20)	-	(7.922)
Móveis e utensílios	(184)	(14)	-	(198)
Computadores e periféricos	(102)	(4)	-	(106)
Edificações	-	-	-	-
Tratores	(1.220)	(9)	-	(1.229)
Telefonia	(12)	-	-	(12)
Direito de uso	(1.230)	(205)	-	(1.435)
Software	(2)	-	-	(2)
	(13.578)	(457)	28	(14.005)

	Taxa a.a.	Tipo	2025	2024
11. Fornecedores:			2025	2024
Fornecedores de materiais diversos			4.609	3.684
12. Passivo de arrendamento:			2025	2024
Instituição financeira				
Arrendamento mercantil	8,78%	Aluguel	250	479
Circulante			37	267
Não circulante			213	212
13. Obrigações trabalhistas:			2025	2024
Salários a pagar			-	527
FGTs			65	75
INSS			287	287
Contribuição sindical			8	7
Direito de férias e encargos sociais			1.312	1.298
			1.672	2.188
14. Obrigações tributárias:			2025	2024
14.1 Impostos correntes:				
ISS			9	14
PIS			573	493
COFINS			2.641	2.882
CSLL			80	-
INSS			12	14
IRRF, PIS, COFINS e CSLL retidos			74	75
			3.389	2.878

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Nota	2025	2024	
Receita líquida de serviços	18	57.514	75.276	
Custo dos serviços				